

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/19 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. – CECREF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 02/08/2019 a CECREF completou 43 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, a CECREF obteve um resultado de R\$ 526.095,22 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 2,19%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 7.998.125,07. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 38.755.675,46

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 38.755.675,46	100%
--------------------	-------------------	------

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 5,39% da carteira, no montante de R\$ 2.089.464,06.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 21.218.549,79, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 6,92%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 3.115.649,01	14,68%
Depósitos a Prazo	R\$ 18.102.900,78	85,32%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 29,07% da captação, no montante de R\$ 6.168.481,61.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da CECREF era de R\$ 18.645.553,12. O quadro de associados era composto por 8.331 Cooperados, havendo um acréscimo de 5,52% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A CECREF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da CECREF aderiram, em 2009, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria da CECREF registrou 20 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 20 reclamações, 7 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 27 de janeiro de 2020

Conselho de Administração e Diretoria

Marilene R. Rodrigues Póvoas
Diretora Coordenadora

Fabício Sampaio Dias
Diretor Adm. e Financeiro

Rubens de Paulo Ribeiro
Diretor de Crédito

Eugênio de Souza Costa
Presidente Cons. Administração

Antonio Feliciano da Silva
Conselho de Administração

Masblel Fernandes da Silva
Conselho de Administração

Eliane de Fátima Fernandes Lima
Conselho de Administração

Hedimar José Silva
Conselho de Administração

Carlos Roberto Pereira da Silva
Conselho de Administração

Nelly Pereira de Souza
Conselho de Administração

Lourdes Domingos Nogueira
Conselho de Administração

Márcia Ferreira de Melo
Conselho de Administração

Heloísa Helena Santos Biagini
Conselho de Administração

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e
Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e
Zona da Mata Ltda. - CECREF**

CECREF

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		21.490.855,97	23.964.475,23
Disponibilidades		571.814,58	525.434,82
Relações Interfinanceiras	5	7.998.125,07	10.757.168,86
Centralização Financeira - Cooperativas		7.998.125,07	10.757.168,86
Operações de Crédito	6	10.704.537,98	10.568.138,62
Operações de Crédito		11.160.787,46	10.918.914,87
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(456.249,48)	(350.776,25)
Outros Créditos	7	2.194.066,58	2.090.155,90
Créditos por Avais e Fianças Honrados		12.846,70	8.075,83
Rendas a Receber		43.073,89	38.393,77
Diversos		2.147.290,49	2.047.441,63
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(9.144,50)	(3.755,33)
Outros Valores e Bens	8	22.311,76	23.577,03
Despesas Antecipadas		22.311,76	23.577,03
Não Circulante		33.870.505,50	31.956.273,74
Realizável a Longo Prazo		26.972.975,36	26.142.406,11
Operações de Crédito	6	26.903.581,87	26.074.405,44
Operações de Crédito		27.594.888,00	26.791.848,32
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(691.306,13)	(717.442,88)
Outros Créditos	7	69.393,49	68.000,67
Diversos		69.393,49	68.000,67
Permanente		6.897.530,14	5.813.867,63
Investimentos	9	6.159.112,98	5.550.041,25
Outros Investimentos		6.159.112,98	5.550.041,25
Imobilizado em Uso	10	712.093,76	217.900,89
Imóveis de Uso		697.784,08	247.784,08
Outras Imobilizações de Uso		1.159.837,63	1.055.645,36
(Depreciações Acumuladas)		(1.145.527,95)	(1.085.528,55)
Intangível		26.323,40	45.925,49
Ativos Intangíveis		294.695,20	294.695,20
(Amortização Acumulada)		(268.371,80)	(248.769,71)
TOTAL DO ATIVO		55.361.361,47	55.920.748,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e
Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e
Zona da Mata Ltda. - CECREF**

CECREF

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante		28.138.703,47	29.816.706,09
Depósitos	11	21.218.549,79	19.845.993,23
Depósitos à Vista		3.115.649,01	2.786.828,76
Depósitos a Prazo		18.102.900,78	17.059.164,47
Relações Interdependências	12	170.175,00	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		170.175,00	-
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13	2.479.573,50	6.455.272,77
Empréstimos no País - Outras Instituições		2.479.573,50	6.455.272,77
Outras Obrigações	14	4.270.405,18	3.515.440,09
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		11.330,75	8.456,12
Sociais e Estatutárias		1.659.910,23	1.522.788,77
Fiscais e Previdenciárias		128.895,16	117.963,36
Diversas		2.470.269,04	1.866.231,84
Exigível a Longo Prazo		3.249.892,09	4.009.156,11
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13	2.547.133,24	3.338.982,02
Empréstimos no País - Outras Instituições		2.547.133,24	3.338.982,02
Outras Obrigações	14	702.758,85	670.174,09
Diversas		702.758,85	670.174,09
Patrimônio Líquido		23.972.765,91	22.094.886,77
Capital Social	16	22.455.851,98	20.749.674,05
De Domiciliados no País		22.458.151,98	20.750.121,40
(Capital a Realizar)		(2.300,00)	(447,35)
Reserva de Sobras		995.525,64	797.296,82
Sobras/Perdas Acumuladas		521.388,29	547.915,90
TOTAL		55.361.361,47	55.920.748,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e
Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e
Zona da Mata Ltda. - CECREF**

CECREF

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.968.939,56	7.956.388,20	7.648.410,06
Operações de Crédito	19	3.968.939,56	7.956.388,20	7.648.410,06
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(785.614,21)	(1.611.090,09)	(1.643.181,80)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(486.856,00)	(993.998,62)	(969.176,25)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(189.673,82)	(444.783,87)	(593.874,36)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(109.084,39)	(172.307,60)	(80.131,19)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.183.325,35	6.345.298,11	6.005.228,26
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(2.895.531,68)	(5.273.755,95)	(4.971.777,70)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	21	166.794,23	325.601,01	300.462,04
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	22	67.518,03	135.136,34	115.940,98
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	23	(2.150.047,99)	(4.182.607,88)	(3.690.080,76)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(1.531.943,28)	(3.228.329,31)	(3.115.167,07)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(46.221,73)	(96.000,10)	(90.520,59)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	738.030,14	1.855.605,81	1.268.169,47
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		226.913,37	498.932,49	491.198,58
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(366.574,45)	(582.094,31)	(251.780,35)
RESULTADO OPERACIONAL		287.793,67	1.071.542,16	1.033.450,56
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	776,64	(18.704,55)	26.524,40
Receitas Não Operacionais		2.911,54	5.678,59	28.711,18
Despesas Não Operacionais		(2.134,90)	(24.383,14)	(2.186,78)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		288.570,31	1.052.837,61	1.059.974,96
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(750,03)	(9.619,65)
Provisão para Imposto de Renda		-	(375,01)	(4.509,21)
Provisão para Contribuição Social		-	(375,02)	(5.110,44)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(300.522,98)	(300.522,98)	(319.800,78)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		(11.952,67)	751.564,60	730.554,53
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	16.D		(225.469,38)	(182.638,63)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(75.156,46)	(73.055,45)
Reserva Legal			(150.312,92)	(109.583,18)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		(11.952,67)	526.095,22	547.915,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. - CECREF

CECREF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2017		19.343.324,95	(127,22)	667.387,49	290.326,15	20.300.911,37
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-
Ao FATES					(20.000,00)	(20.000,00)
Constituição de Reservas				20.326,15	(20.326,15)	-
Em Conta Corrente do Associado					(248.871,53)	(248.871,53)
Ao Capital		89,49			(89,49)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(1.038,98)	(1.038,98)
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização		2.114.056,97	(320,13)			2.113.736,84
Por Devolução (-)		(1.012.382,65)				(1.012.382,65)
Estorno de Capital		(8.125,18)				(8.125,18)
Sobras ou Perdas Líquidas					1.050.355,31	1.050.355,31
Remuneração de Juros ao Capital:						-
Provisão de Juros ao Capital					(319.800,78)	(319.800,78)
Subscrição do Juros ao Capital		313.157,82				313.157,82
IRRF sobre Juros ao Capital						-
Juros ao Capital - Ex associados						-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados						-
Movimentações por incorporações						-
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						-
. Fundo de Reserva				109.583,18	(109.583,18)	-
.Outros Fundos Estatutários						-
. F A T E S					(73.055,45)	(73.055,45)
Saldos em 31/12/2018		20.750.121,40	(447,35)	797.296,82	547.915,90	22.094.886,77
Ajustes de Exercícios Anteriores					(400.971,64)	(400.971,64)
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-
Constituição de Reservas				47.915,90	(47.915,90)	-
Em Conta Corrente do Associado						-
Ao Capital		99.237,37			(99.237,37)	-

Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(4.497,92)	(4.497,92)
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	2.229.618,51	(1.852,65)			2.227.765,86
Por Devolução (-)	(911.669,02)				(911.669,02)
Estorno de Capital	(4.006,77)				(4.006,77)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.052.087,58	1.052.087,58
Remuneração de Juros ao Capital:					-
Provisão de Juros ao Capital				(300.522,98)	(300.522,98)
Subscrição do Juros ao Capital	294.850,49				294.850,49
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
. Fundo de Reserva			150.312,92	(150.312,92)	-
. F A T E S				(75.156,46)	(75.156,46)
Saldos em 31/12/2019	22.458.151,98	(2.300,00)	995.525,64	521.388,29	23.972.765,91
Saldos em 30/06/2019	21.543.585,34	-	845.212,72	763.517,27	23.152.315,33
Ajustes de Exercícios Anteriores				(4.706,93)	(4.706,93)
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	1.063.306,30	(2.300,00)			1.061.006,30
Por Devolução (-)	(442.497,18)				(442.497,18)
Estorno de Capital	(1.092,97)				(1.092,97)
Sobras ou Perdas Líquidas				288.570,31	288.570,31
Remuneração de Juros ao Capital:					-
Provisão de Juros ao Capital				(300.522,98)	(300.522,98)
Subscrição do Juros ao Capital	294.850,49				294.850,49
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
. Fundo de Reserva			150.312,92	(150.312,92)	-
. F A T E S				(75.156,46)	(75.156,46)
Saldos em 31/12/2019	22.458.151,98	(2.300,00)	995.525,64	521.388,29	23.972.765,91

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e
Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e
Zona da Mata Ltda. - CECREF
CECREF

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações		288.570,31	1.052.837,61	1.059.974,96
Ajuste de Exercícios Anteriores		(4.706,93)	(400.971,64)	-
IRPJ / CSLL		-	(750,03)	(9.619,65)
Provisão para Operações de Crédito		109.084,39	172.307,60	80.131,19
Provisão de Juros ao Capital		(300.522,98)	(300.522,98)	(319.800,78)
Depreciações e Amortizações		40.264,39	81.072,40	71.130,06
		132.689,18	603.972,96	881.815,78
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(50.883,26)	(1.137.883,39)	(2.795.957,58)
Outros Créditos		263.598,16	(105.303,50)	(108.776,96)
Outros Valores e Bens		27.826,68	1.265,27	(15.795,12)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		69.478,55	328.820,25	330.911,53
Depósitos a Prazo		498.541,94	1.043.736,31	2.291.857,09
Relações Interdependências		169.971,87	170.175,00	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(2.410.138,53)	(4.767.548,05)	323.474,14
Outras Obrigações		(74.147,18)	712.393,39	802.251,45
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(1.373.062,59)	(3.150.371,76)	1.709.780,33
Atividades de Investimentos				
Aplicação no Intangível		4.534,38	19.602,09	27.733,27
Aquisição De Imobilizado de Uso		(18.802,97)	(575.265,27)	(106.417,83)
Aquisição de investimentos		(17.401,55)	(609.071,73)	(612.861,75)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(31.670,14)	(1.164.734,91)	(691.546,31)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.061.006,30	2.227.765,86	2.113.736,84
Devolução de Capital à Cooperados		(442.497,18)	(911.669,02)	(1.012.382,65)
Estorno de Capital		(1.092,97)	(4.006,77)	(8.125,18)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(4.497,92)	(1.038,98)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-	(248.871,53)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		294.850,49	294.850,49	313.157,82
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		912.266,64	1.602.442,64	1.156.476,32
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(492.466,09)	(2.712.664,03)	2.174.710,34
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		9.062.405,74	11.282.603,68	9.107.893,34
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		8.569.939,65	8.569.939,65	11.282.603,68
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(492.466,09)	(2.712.664,03)	2.174.710,34
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA - CECREF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA - CECREF**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/08/1976**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE**

– **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **CECREF** possui **5** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BELO HORIZONTE – MG e JUIZ DE FORA - MG**.

A **CECREF** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 27/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	571.814,58	525.434,82
Relações interfinanceiras - centralização financeira	7.998.125,07	10.757.168,86
TOTAL	8.569.939,65	11.282.603,68

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	7.998.125,07	10.757.168,86
TOTAL	7.998.125,07	10.757.168,86

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	10.947.604,20	27.450.523,63	38.398.127,83	36.974.080,68
Financiamentos	213.183,26	144.364,37	357.547,63	736.682,51
Total de Operações de Crédito	11.160.787,46	27.594.888,00	38.755.675,46	37.710.763,19
(-) Provisões para Operações de Crédito	(456.249,48)	(691.306,13)	(1.147.555,61)	(1.068.219,13)
TOTAL	10.704.537,98	26.903.581,87	37.608.119,85	36.642.544,06

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A 0,5% Normal	23.819.769,97	178.873,29	0,00	23.998.643,26	(119.993,22)	25.783.583,91	(128.917,92)
B 1% Normal	8.805.222,51	33.154,89	0,00	8.838.377,40	(88.383,77)	6.281.234,91	(62.812,35)
B 1% Vencidas	482.513,29	1.958,26	0,00	484.471,55	(4.844,72)	50.520,58	(505,21)
C 3% Normal	2.931.300,39	42.183,72	0,00	2.973.484,11	(89.204,52)	3.158.024,72	(94.740,74)
C 3% Vencidas	277.934,59	16.305,10	0,00	294.239,69	(8.827,19)	240.562,07	(7.216,86)
D 10% Normal	904.726,93	34.176,58	0,00	938.903,51	(93.890,35)	942.362,45	(94.236,25)
D 10% Vencidas	82.401,14	24.656,92	0,00	107.058,06	(10.705,81)	275.582,64	(27.558,26)
E 30% Normal	282.603,63	10.854,29	0,00	293.457,92	(88.037,38)	222.012,33	(66.603,70)
E 30% Vencidas	80.500,36	0,00	0,00	80.500,36	(24.150,11)	50.928,30	(15.278,49)
F 50% Normal	108.107,65	0,00	0,00	108.107,65	(54.053,83)	149.439,89	(74.719,95)
F 50% Vencidas	70.911,81	0,00	0,00	70.911,81	(35.455,91)	15.704,68	(7.852,34)
G 70% Normal	94.411,96	0,00	0,00	94.411,96	(66.088,37)	176.766,15	(123.736,31)
G 70% Vencidas	23.123,55	7.633,46	0,00	30.757,01	(21.529,91)	0,00	0,00
H 100% Normal	103.363,08	7.751,12	0,00	111.114,20	(111.114,20)	252.786,23	(252.786,23)
H 100% Vencidas	331.236,97	0,00	0,00	331.236,97	(331.236,97)	111.254,33	(111.254,33)
Total Normal	37.049.506,12	306.993,89	0,00	37.356.500,01	(710.804,99)	36.966.210,59	(898.553,64)
Total Vencidos	1.348.621,71	50.553,74	0,00	1.399.175,45	(436.750,62)	744.552,60	(169.665,49)
Total Geral	38.398.127,83	357.547,63	0,00	38.755.675,46	(1.147.555,61)	37.710.763,19	(1.068.219,13)
Provisões	(1.122.321,28)	(25.234,33)	0,00	(1.147.555,61)		(1.068.219,13)	
Total Líquido	37.275.806,55	332.313,30	0,00	37.608.119,85		36.642.544,06	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	3.739.040,32	7.208.563,88	27.450.523,63	38.398.127,83
Financiamentos	76.324,98	136.858,28	144.364,37	357.547,63
TOTAL	3.815.365,30	7.345.422,16	27.594.888,00	38.755.675,46

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.128,89	0,00	5.128,89	0%
Setor Privado - Serviços	100.543,50	0,00	100.543,50	0%
Pessoa Física	38.292.455,44	357.547,63	38.650.003,07	100%
TOTAL	38.398.127,83	357.547,63	38.755.675,46	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(1.068.219,13)	(1.232.076,73)
Constituições	1.100.781,06	10.440.442,60
Reversões	(1.267.705,22)	(10.517.243,08)
Transferência para prejuízo	87.587,68	240.658,08
TOTAL	(1.147.555,61)	(1.068.219,13)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	175.291,29	0,00%	170.529,14	0,00%
10 Maiores Devedores	1.191.396,64	3,00%	1.282.647,47	3,00%
50 Maiores Devedores	4.081.923,98	11,00%	4.228.504,17	11,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	2.177.911,78	2.104.722,03
Valor das operações transferidas no período	87.587,68	240.722,03
Valor das operações recuperadas no período	(153.939,59)	(167.468,33)
TOTAL	2.111.559,87	2.177.911,78

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	12.846,70	0,00	8.075,83	0,00
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	42.142,58	0,00	37.656,80	0,00
Outras rendas a receber	931,31	0,00	736,97	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais (c)	8.703,87	0,00	22.796,68	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (c)	1.500,00	0,00	27.702,83	0,00
Devedores por depósitos em garantia (d)	0,00	69.393,49	0,00	68.000,67
Impostos e contribuições a compensar	15.793,83	0,00	13.604,14	0,00
Títulos e créditos a receber	3.330,00	0,00	3.390,00	0,00
Devedores diversos – país (e)	2.117.962,79	0,00	1.979.947,98	0,00
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(9.144,50)	0,00	(3.755,33)	0,00
TOTAL	2.194.066,58	69.393,49	2.090.155,90	68.000,67

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 47.0783,89)

(c) Refere-se a Adiantamento de Férias R\$ 8.703,87 e Fundo Fixo R\$ 1.500,00.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos 69,343,49.

(e) Refere-se a Devedores Diversos R\$ 2.117.962,79 constituídos por Desconto em Folha de Cooperados R\$ 1.644.515,88; Plano de Saúde a Receber R\$ 430.111,24; Valores não identificados passíveis de regularização R\$ 9.822,75; Seguro Prestamista a Receber R\$ 12.296,18; Recuperação de Perdas referente controle de operações de crédito decorrentes de migração de sistema R\$ 13.175,74 e Valores a Receber Mensalidades convênio empresa de gás R\$ 8.041,00.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas	22.311,76	23.577,03
TOTAL	22.311,76	23.577,03

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	2.207.673,72	2.100.403,09
Participações inst financ controlada coop crédito (b)	3.951.439,26	3.449.638,16
TOTAL	6.159.112,98	5.550.041,25

(a) Refere-se a cotas de capital no Sicoob Central Cecremge.

(b) Refere-se a ações do Bancoob.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	4%	697.784,08	247.784,08
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(199.594,79)	(181.780,94)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	366.060,46	300.942,27
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(251.770,24)	(236.900,88)
Sistema de Comunicação	20%	8.093,35	4.998,85
Sistema de Processamento de Dados	20%	717.662,22	688.281,22
Sistema de Segurança	10%	68.021,60	61.423,02
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(694.162,92)	(666.846,73)
TOTAL		712.093,76	217.900,89

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	3.115.649,01		2.786.828,76	
Depósito a Prazo	18.102.900,78	0,35	17.059.164,47	0,46
TOTAL	21.218.549,79		19.845.993,23	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	797.888,92	4,00%	773.063,73	4,00%
10 Maiores Depositantes	4.196.834,06	20,00%	4.070.126,07	21,00%
50 Maiores Depositantes	9.801.624,12	46,00%	9.384.041,69	48,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(963.149,40)	(941.643,15)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(30.849,22)	(27.533,10)
TOTAL	(993.998,62)	(969.176,25)

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	170.000,00	0,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	175,00	0,00
TOTAL	170.175,00	0,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	107% CDI	13/03/2020	304.719,60		6.455.272,77	3.338.982,02
Cooperativa Central	107% CDI	11/04/2020	134.240,30			
Cooperativa Central	107% CDI	27/05/2020	413.886,04			
Cooperativa Central	103% CDI	16/11/2020	1.626.727,56			
Cooperativa Central	103% CDI	22/02/2021		2.547.133,24		
TOTAL			2.479.573,50	2.547.133,24	6.455.272,77	3.338.982,02

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.330,75	8.456,12
Sociais e Estatutárias	1.659.910,23	1.522.788,77
Fiscais e Previdenciárias	128.895,16	117.963,36
Diversas	3.173.027,89	2.536.405,93
TOTAL	4.973.164,03	4.185.614,18

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	966.430,19	836.101,94
Resultado de Atos com não associados (a)	13.267,65	42.820,89
Cotas de Capital a Pagar (b)	680.212,39	643.865,94
TOTAL	1.659.910,23	1.522.788,77

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Nesse montante também está registrado o F.A.S (Fundo de Assistência Social) constituído na AGO DE 17/03/1996, destinado ao reembolso de despesas com funeral dos cooperados e dependentes até o valor de R\$ 1.500,00 e é constituído de contribuições mensais dos cooperados no valor de R\$ 3,00 cujo saldo é R\$ 841.713,93.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.834,08	11.717,24
Impostos e Contribuições sobre Salários	109.629,39	101.137,77
Outros	6.431,69	5.108,35
TOTAL	128.895,16	117.963,36

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.199,52	0,00	0,00	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	653,33	0,00	2.490,85	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	409.277,07	0,00	410.016,29	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (b)	0,00	702.758,85	0,00	670.174,09
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	287.440,15	0,00	184.841,47	0,00
Credores Diversos – País (d)	1.770.698,97	0,00	1.268.883,23	0,00
TOTAL	2.470.269,04	702.758,85	1.866.231,84	670.174,09

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com aquisição de alarmes R\$ 2.199,52; obrigações de pagamento em nome de terceiros referente pensão alimentícia R\$ 653,93; provisão com despesas de pessoal R\$ 372.390,43; outras despesas administrativas R\$ 36.886,64.

(b) Provisão para Passivos Contingentes Fiscais e Cíveis R\$ 672.173,16 R\$ 30.585,69. Estão inclusas com possibilidade de perda possível: R\$ 248.000,00 Execução Fiscal CSLL e R\$ 70.000,00 Execução Trabalhista.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de 31/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.625.334,49 (R\$ 1.208.627,22 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Dentre esse saldo destacam-se R\$103.363,99 que são valores descontados na folha de pagamento da Seplag e que serão aplicados no próximo mês, R\$ 919.843,00 referente empréstimos consignados descontados em folha de pagamento que serão quitados no mês seguinte e o montante de R\$ 692.407,99 referente plano de saúde de cooperados a serem pagos no mês subsequente.

15. Instrumentos financeiros

A **CECREF** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	22.455.851,98	20.749.674,05
Associados	8.203	7.739

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 103.735,29 e constituição de fundo de reserva no montante de R\$ 47.915,90.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	751.564,60	730.554,53
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	751.564,60	730.554,53
Destinações estatutárias	(182.638,63)	(225.469,38)
Reserva legal - 15% (2018) 20% (2019)	(150.312,92)	(109.583,18)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(75.156,46)	(73.055,45)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	526.095,22	547.915,90

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Sobra Perda Líquida do Exercício (antes IRPJ/CSLL)	752.314,63	5.990,38
Resultado de Atos Com Associados	(756.413,15)	740.174,18
(-) Ajustes do Resultado com não associados	0,00	(743.803,45)
Despesa com IRPJ/CSLL	(750,03)	(9.619,95)
Resultado com não associados deduzindo despesas IRPJ/CSLL	(4.848,55)	(3.629,27)
Outras deduções conforme Resolução 129/2016 e Resolução 145/2016	(17.074,11)	(8.511,17)
Resultado de atos não cooperativos conf. Art. 87 da Lei 5764/71	(21.922,66)	(12.140,44)

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 300.522,98**, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de credito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	7.335,92	6.312,87
Rendas de Empréstimos	7.601.147,93	7.157.044,41
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	22.446,33	24.607,91
Rendas de Financiamentos	168.528,03	283.496,51
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	156.929,99	176.948,36
TOTAL	7.956.388,20	7.648.410,06

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(993.998,62)	(969.176,25)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(444.783,87)	(593.874,36)
Provisões para Operações de Credito	(172.307,60)	(80.131,19)
TOTAL	(1.611.090,09)	(1.643.181,80)

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	38.224,46	34.913,46
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos		
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	287.376,55	263.676,22
Rendas de Garantias Prestadas	0,00	1.872,36
TOTAL	325.601,01	300.462,04

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Serviços Prioritários - PF	105.210,60	92.330,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	296,31	2.018,03
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	29.629,43	21.592,45
TOTAL	135.136,34	115.940,98

23. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(113.219,60)	(72.618,93)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(614.131,44)	(518.764,36)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(466.698,14)	(390.963,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(887.849,14)	(807.436,59)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.079.479,10)	(1.870.559,92)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(7.940,35)	(11.197,19)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(13.290,11)	(18.540,48)
TOTAL	(4.182.607,88)	(3.690.080,76)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(37.190,04)	(27.127,34)
Despesas de Aluguéis	(228.222,44)	(190.586,16)
Despesas de Comunicações	(221.821,74)	(225.691,54)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.915,00)	(30.004,59)
Despesas de Material	(69.262,33)	(67.524,76)
Despesas de Processamento de Dados	(293.463,10)	(200.270,99)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(260.304,71)	(282.297,44)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.715,00)	(5.636,63)
Despesas de Publicações	(5.556,00)	(6.011,00)
Despesas de Seguros	(33.195,43)	(51.968,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(392.227,49)	(342.989,93)
Despesas de Serviços de Terceiros	(313.969,47)	(365.902,32)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(239.039,19)	(230.228,29)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(103.464,17)	(113.091,71)
Despesas de Transporte	(110.324,00)	(101.099,50)
Despesas de Viagem no País	(57.522,19)	(42.018,20)
Despesas de Depreciação	(81.072,40)	(71.130,06)
Outras Despesas Administrativas	(458.114,52)	(409.306,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(33.361,38)	(32.559,69)
Contribuição a OCE	(48.687,98)	(52.956,59)
Rateio de despesas da Central	(227.448,29)	(266.765,72)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(7.452,44)	0,00
TOTAL	(3.228.329,31)	(3.115.167,07)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	137.209,74	119.586,84
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	233.774,76	0,00
Dividendos	501.804,97	382.583,32
Deduções e abatimentos	129,18	0,01
Distribuição de sobras da central	89.869,08	130.262,29
Taxa de Administ. para funcionamento da cooperativa	202.928,43	196.428,76
Variação cambial	0,00	4,50
Atualização depósitos judiciais	1.455,98	1.501,07
Outras rendas operacionais	571.046,75	437.704,56
Rendas oriundas de cartões de crédito	117.386,92	98,12
TOTAL	1.855.605,81	1.268.169,47

26. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(1.436,26)	(1.501,07)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(486,05)	0,00
Despesas de Provisões Passivas	(366.996,54)	(55.330,56)
Outras Despesas Operacionais	(202.214,23)	(125.723,91)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.761,23)	(60.149,81)
Cancelamento - tarifas pendentes	(9.200,00)	(9.075,00)
TOTAL	(582.094,31)	(251.780,35)

27. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	327,43	0,00
Ganhos de Capital	5.351,16	28.711,18
(-) Perdas de Capital	(24.383,14)	(2.186,78)
Resultado Líquido	(18.704,55)	26.524,40

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	197.696,16	0,6987%	835,50
TOTAL	197.696,16	0,6987%	835,50
Montante das Operações Passivas	206.432,69	1,8037%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.462,36	299,93	3,8150%
Empréstimo	360.359,46	22.164,56	0,9484%
Financiamento	2.667,08	80,01	0,7459%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	12.454,22	0,4031%	0%
Depósitos a Prazo	186.957,01	1,0327%	0,3485%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,6776%
Financiamento	1,7000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,1328%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,3685%
Aplicações Financeiras	1,8037%

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2019	
Cobrança Administrativa	0,00
Cobrança Judicial	0,00
Não cobrados	0,00
TOTAL GERAL	0,00

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	487.815,62
Financiamento	19.217,00

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Pessoa Física	0,00
Pessoa Jurídica	0,00
TOTAL DOAÇÕES	0,00

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
44.126,20	201.705,74

h) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(113.219,60)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(614.131,44)
Encargos Sociais	(151.743,28)
Plano de Saúde	0,00

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA - CECREF - CECREF**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **CECREF** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	7.998.125,07	10.757.168,86

Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	2.207.673,72	2.100.403,09
---	--------------	--------------

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$1.625.334,49(31/12/2018 - R\$ 1.208.627,22), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR estava em conformidade.

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	30.585,69	0,00	0,00	0,00
Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais	672.173,16	69.393,49	663.104,30	68.000,67
Outros	0,00	0,00	7.069,79	0,00
TOTAL	702.758,85	69.393,49	670.174,09	68.000,67

Segundo a assessoria jurídica da CECREF não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

BELO HORIZONTE-MG, 27 DE JANEIRO DE 2020

FABRÍCIO SAMPAIO DIAS

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

DALVA MARIA DE SÁ

CONTADOR MG 86.425



CECREF

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS
DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE,
REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA. – CECREF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar, mensalmente, os Balancetes Patrimoniais, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, bem como o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2019, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Assim, o parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos supracitados (Balanço Geral, Balanços Patrimoniais, Demonstrações Financeiras e Contábeis e o Relatório da Administração, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, sejam aprovados pelos Senhores Cooperados em Assembléia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 23 de março de 2020.

Thiago Henrique Torres Alvares
Coordenador do Conselho Fiscal

Geruza Soares do Nascimento

Jéssica Lellis Gomes Dias

Neusa Rosa de Aguiar Campos

Poliana Rodrigues de Souza

Rômulo Lima Barroso de Queiroz

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados
dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda.
CECREF
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. – CECREF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CECREF em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida

significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 09 de março de 2020.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Com estratégia e trabalho bem-feito, chega-se sempre a bons resultados

Ativo	Jun/2019	Jun/2018
CIRCULANTE	14.804.230,83	15.205.179,37
Disponibilidades	698.484,73	485.780,94
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Relações Interfinanceiras	8.363.921,01	8.735.603,53
Relações Interdependências	-	-
Operações de Crédito	3.164.628,42	2.437.693,13
Outros Créditos	2.527.058,23	3.518.076,48
Outros Valores e Bens	50.138,44	28.025,29
NÃO CIRCULANTE	41.407.816,95	38.360.999,40
Realizável a Longo Prazo	34.501.692,56	32.556.304,16
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Operações de Crédito	34.501.692,56	32.556.304,16
Outros Créditos	-	-
PERMANENTE	6.906.124,39	5.804.695,24
Investimentos	6.141.711,43	5.550.041,25
Imobilizado em Uso	733.555,18	197.959,09
Intangível	30.857,78	56.694,90
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	56.212.47,78	53.566.178,77

Passivo	Jun/2019	Jun/2018
CIRCULANTE	40.335.421,11	41.509.577,85
Depósitos	20.650.529,30	18.514.799,20
Depósito à Vista	3.046.170,46	2.474.559,69
Depósito Sob Aviso	-	-
Depósito a Prazo	17.604.358,84	16.040.239,51
Outros Depósitos	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-
Relações Interdependências	203,13	206,94
Empréstimos no País - INSTIT. OFICIAIS	7.436.845,27	9.815.369,28
Empréstimos no País - OUTRAS INSTIT	-	-
Repasse do País - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	7.436.845,27	9.815.369,28
Outras Obrigações	4.810.998,14	3.363.833,15
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.840,47	8.811,83
Sociais e Estatutárias	1.617.349,07	1.422.995,93
Fiscais e Previdenciárias	128.593,08	107.405,26
Diversas	3.048.215,52	1.824.620,13
NÃO CIRCULANTE	161.156,61	658.207,89
Realizável a Longo Prazo	161.156,61	658.207,89
Depósito Sob Aviso	-	-
Depósito a Prazo	-	-
Empréstimos no País - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	-
Empréstimos no País - OUTRAS INSTIT	-	-
Repasse do País - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	-
Diversas	161.156,61	658.207,89
Resultado de Exercícios Futuros	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.152.315,33	21.213.762,31
Capital Social	21.543.585,34	19.867.512,74
Reserva de Capital	-	-
Reserva de Sobras	845.212,72	687.713,64
Sobras ou Perdas Acumuladas	763.517,27	658.535,93
TOTAL DO PASSIVO	56.212.047,78	53.566.178,77

Mais de
8.200
cooperados

Mais de
R\$56 milhões
no total do ativo

Mais de
R\$38 milhões
em empréstimos

Mais de
R\$22 milhões
de patrimônio líquido



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

ENCERRADO EM:

Em Reais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.987.448,64	3.734.038,07
Operações de Crédito	3.987.448,64	3.734.038,07
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. E Instr. Financeiros	-	-
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	-	-
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(938.822,46)	(832.684,55)
Operações de Captação no Mercado	(507.142,62)	(469.959,64)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(255.110,05)	(304.952,41)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(4.888,05)	(7.333,69)
Provisão para Operações de Créditos	(171.681,74)	(50.438,81)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.048.626,18	2.901.353,52
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS	(2.264.877,69)	(2.260.993,31)
Rendas Creditos Vinc. Credito Rural	-	-
Receita de Prestação de Serviços	159.013,38	142.857,82
Rendas de Serviços Prioritários - PF	51.107,00	44.276,50
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	16.304,71	12.074,80
Ingressos de Depósitos Intercooper.	272.019,12	223.903,32
Dispêndio/Despesas de Pessoal	(2.032.559,89)	(1.815.828,90)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.696.386,03)	(1.610.704,75)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(49.778,37)	(45.410,84)
Outras receitas operacionais	1.117.575,67	866.032,77
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(102.173,28)	(78.194,03)
RESULTADO OPERACIONAL	783.748,49	640.360,21
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19.481,19)	27.795,37
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	764.267,30	668.155,58
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(750,03)	(9.619,65)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	-	-
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	763.517,27	658.535,93
JUROS AO CAPITAL	-	-
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	763.517,27	658.535,93
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	763.517,27	658.535,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.